



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

**AUDIÇÃO NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E CULTURA**

Discurso inicial do Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude,
Alexandre Miguel Mestre

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Como V. Exas. bem sabem, tomei posse no dia 28 de Junho último. Estou, pois, em exercício de funções há menos de três meses.

Partilho do entendimento de Lula da Silva segundo o qual o Governante consegue os seus intentos se fizer o óbvio. Assim sendo, entendo que com muito de trabalho e convergência de vontades, se pode cumprir a nobre tarefa de prossecução do interesse público. Fazendo o óbvio. Quer nos aspectos macro quer numa vertente mais micro.

É isso que temos, em equipa, vindo a procurar fazer.

Gostava, sinceramente, que tivesse sido possível dedicar imediata atenção aos aspectos macro, isto é, obtido um diagnóstico, começar a definir e executar as políticas sectoriais, no Desporto, como na Juventude.

Mas, infelizmente, não foi mesmo possível. Não tivemos outra alternativa senão começar por resolver questões pendentes que careciam de resolução imediata e, bem assim, de tentar sanar problemas que surgiram de forma inesperada e de praticamente todo o lado.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Mas não nos precipitámos. Não prescindimos de ouvir os agentes e destinatários das políticas de Desporto e Juventude, públicos e privados, formais ou informais. Agendamos audiências a quem o solicita e com aqueles que convocamos. O canal com os organismos que tutelamos é aberto e flexível. E, claro, vamos ao terreno.

Rapidamente nos apercebemos do não aproveitamento das evidentes sinergias entre desporto e juventude. Como se de mundos paralelos se tratassem, praticamente sem vasos comunicantes entre, por um lado, o IDP, e, por outro, IPJ, FDTI e Movijovem.

Por outro lado, saltou à vista a sobreposição de atribuições e competências entre IPJ, FDTI e Movijovem.

Mais grave ainda: constatámos que o IPJ havia suspenso, dois anos consecutivos, Programas pilares como a Ocupação de Tempos Livres e os Campos de Férias. E porquê? Porque havia que suportar os custos com estrutura (pessoal e funcionamento), na ordem de 80% do Orçamento (!). De igual modo, deparámo-nos, por um lado, com uma FDTI sem rumo e com muita desmotivação, excessivamente dependente dos subsídios públicos (do IPJ e do IFP) e a apresentar um profundo desequilíbrio financeiro estrutural. Por fim conhecemos um cenário muito negro na Movijovem – um passivo total de mais de 15 milhões de euros, avultados compromissos com a banca e custos com pessoal a representarem, em 2010, cerca de 62% do Volume de Negócios.

Havia que pôr rápido termo a esta situação. Com esse propósito, sob orientação do Sr. MAAP, Dr. Miguel Relvas, encetámos a criação do novo IPDJ, por via da fusão de IDP e IPJ, da extinção da FDTI e da dissolução da Movijovem.

As poupanças totais estimadas cifram-se em mais de 14 milhões de euros. O diploma, já promulgado e referendado, será amanhã publicado



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

em Diário da República. O cronograma está traçado. Contamos no início do próximo ano ter já o IPDJ a funcionar em pleno.

Mas tínhamos mais preocupações imediatas, designadamente em matéria de financiamentos.

Na Juventude, não fora a intervenção do nosso Gabinete junto da Comissão Europeia e um incumprimento poderia ter conduzido ao fim da manutenção do Programa Juventude em Acção em Portugal.

No Desporto, há quatro casos paradigmáticos, que resolvemos. Em primeiro lugar articulámos e precipitámos uma solução que possibilitou ao Estado assegurar o funcionamento de Centros de Alto Rendimento (CAR). Em segundo lugar, com o apoio do Comité Olímpico de Portugal e em estreita colaboração com a Federação Portuguesa de Vela sanámos um problema que se eternizava e celebrámos os contratos-programa necessários a não comprometer a Preparação Olímpica. Em terceiro lugar, poucos dias antes da sua partida para a China a FADU finalmente recebeu do IDP as prometidas mas não pagas verbas para as Universíadas, onde, aliás, brilharam quatro atletas. O último exemplo é significativo: por ausência de atempadas diligências a viabilização dos contratos-programa com as federações de atletismo e de judo – que envolvem verbas do PIDDAC - poderia ter ficado seriamente comprometida. Mas conseguimos desbloquear a situação.

Como se não bastasse esta autêntica azáfama típica de um bombeiro, eis que, já sob a batuta de um novo Presidente do IDP – o Dr. Augusto Baganha – a quem hoje louvo o trabalho já desenvolvido – se detectaram gravíssimos problemas relacionados com o chamado “caso das facturas” que o Sr. MAAP transmitiu aqui, nesta Comissão Parlamentar, em primeira mão.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Também em tempo record foi efectuada uma Auditoria, para cuja instrução concorreu paralelamente um processo de inquérito. O resultado da referida Auditoria – que confirmou dados muito graves - foi-me transmitido pelo IDP, que de pronto remetido ao Tribunal de Contas, ao Inspector-Geral de Finanças, à Procuradoria-Geral da república e à Direcção-Geral do Orçamento.

Acrescem outras surpresas que, no mínimo, muito condicionam o funcionamento dos organismos: (i) os mais de 2 milhões de euros de dívidas fiscais consignadas no âmbito do chamado “Totonegocio” que o IDP não transferiu a quem de direito; (ii) a ausência de certificação de contas do IDP (anos 2009 e 2010), com 12 reservas e uma ênfase; e (iii) um preocupante Relatório de Exame Simplificado das demonstrações financeiras da Movijovem (1.º Semestre de 2011), com 4 reservas e uma ênfase.

Sem tempo para respirar, fomos ouvindo de Autarquias e de Federações Desportivas que nada estava definido quanto a Modelos de Gestão dos Centros de Alto Rendimento (CAR). Isto é, projectaram-se, construíram-se e ainda se estão a edificar CAR num número superior ao previsto e sem prévia definição de um modelo de gestão e de financiamento. Estamos já a tentar colmatar essa lacuna, sendo que pela primeira vez, Portugal se fez representar num Fórum da Association of Sport Performance Centers, para colher ensinamentos dos melhores especialistas mundiais na matéria.

Ainda a nível de infra-estruturas fomos também forçados a uma atitude reactiva, face ao que também não contávamos encontrar, com problemas no Complexo Desportivo do Jamor e da Lapa.

Mas no intervalo desta actividade de “pronto-socorro” – que, insisto, não era o cenário que idealizávamos porque nos desvia e atrasa das



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

medidas sectoriais – não pudemos, naturalmente, deixar de pensar logo no futuro.

E quer no desporto, quer na juventude, a abordagem tem sido o mais transversal possível. Sempre em articulação: (i) no desenho do futuro do desporto escolar e universitário, com a tutela da educação; (ii) no voluntariado, com Segurança Social e Educação; (iii) no arrendamento jovem e voluntariado das florestas, com a tutela da agricultura, ambiente e ordenamento do território; (iv) no emprego juvenil, com as áreas do empreendedorismo e da Administração Pública; (v) na justiça desportiva, com o Ministério da Justiça. Só para dar alguns exemplos.

Nestes menos de três meses apostámos ainda forte na cooperação internacional, em particular no âmbito da CPLP.

Note-se ainda a atenção já dada ao domínio legislativo, quer com os três Grupos de Trabalho anunciados pelo Sr. MAAP quer com a revisão em curso da Lei Antidopagem – outro caso a que tivemos de acudir para evitar o fogo, porque desde 2009 que a Agência Mundial Antidopagem reclamava mudanças, ficou entretanto parado e é agora, em 2011, que no seio do Conselho da Europa estamos a tentar evitar que Portugal seja considerado incumpridor com conseqüente perda da acreditação do Laboratório de Análises de Dopagem.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

O futuro está, de facto, aí à porta. Não há tempo a perder. Urge trabalhar o óbvio.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Queremos um desporto com todos e para todos, não esquecendo, designadamente, que tudo começa na fase infanto-juvenil e que as mulheres e a população sénior não podem ser descuradas. Mas **há duas prioridades imediatas neste sector, que atempadamente serão explicadas: a criação de um Museu/Casa do Património do Desporto e a implementação de um Plano Nacional para a Ética no desporto.**

Queremos ainda que a Juventude seja abordada de forma holística, transversal. Pensar no apoio a crianças e jovens. Na saúde e na sexualidade. Na educação (formal e não formal). Na inovação. Na competitividade. Na promoção da leitura. Na mobilidade. Na inclusão. Na participação cívica. Na prevenção de alcoolismo, sedentarismo, obesidade, tabagismo, criminalidade e delinquência. Na fixação dos jovens no interior. Na agilização de procedimentos ao nível do financiamento do associativismo juvenil e estudantil.

Mas para o efeito o óbvio é a necessidade de planificação estratégica e integrada. Olhe-se para o recente exemplo do Plano Estratégico para a Juventude do Concelho de Faro ou o que fazem Países tais como Espanha, Finlândia, República Checa ou Hungria: orientações plurianuais, de médio/longo prazo. Precisamos disso em Portugal.

A prioridade deste Governo será então, rapidamente, espoletar um Livro Branco da Juventude, num processo a envolver o contributo de todos os agentes e destinatários das políticas de juventude para Portugal.

Muito obrigado.

Lisboa, 20 de Setembro de 2011

Alexandre Miguel Mestre